

Para reitores, mudanças não têm justificativa

Masao Goto Filho/AE

Presidente da Andifes, Newton Lima Neto, disse que o uso de medida provisória é inadequado e arbitrário porque exclui a comunidade acadêmica do processo de mudança

NEIDE MARIA SILVA

SÃO CARLOS — O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Newton Lima Neto, disse ontem, em São Carlos, que os reitores das universidades brasileiras não usaram a palavra "ditatorial" para caracterizar a figura do governo. "Não nos referimos à conduta do governo com essas palavras", disse ele, durante a reunião da Andifes. "Condenamos sim o uso de uma medida provisória para fazer mudanças com uma urgência que não tem justificativa: é inadequado e arbitrário porque exclui a comunidade do processo de mudança", completou.

A Andifes liberou um documento em que defende uma ampla, rigorosa, profunda e regular avaliação de todas as instituições de ensino para garantir a qualidade acadêmica. A avaliação dos cursos, segundo a associação, deve seguir os parâmetros da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) em tramitação no Congresso Nacional, considerando todas as condições que tornem possível a produção, sistematização, transmissão e apropriação do conhecimento.

A avaliação final dos cursos, de

acordo com a nota oficial da Andifes, poderá ser um elemento desse processo. "Mas sua utilização desconectada de um projeto mais amplo, conforme consta da medida fixada pelo MEC, está em desacordo com as exigências de uma avaliação institucional proposta pela Andifes."

No que se refere à escolha dos dirigentes, a Andifes defende a autonomia das instituições federais de ensino superior também prevista na LDB. Dessa

forma, os conselhos superiores das instituições seriam responsáveis pela definição de critérios e a indicação de qualificações exigidas para o exercício do cargo de direção.

AVALIAÇÃO DEVE FAZER PARTE DE PROCESSO

Encerrando a nota, a Andifes se manifesta oficialmente contrária a utilização de medidas provisórias para tratar de assunto "tão complexo e delicado como a educação" e propõe a abertura de diálogo e "o respeito às divergências, saudável prática acadêmica, como encaminhamento a ser rigorosamente observado na definição de uma política educacional para o Brasil".

A vice-reitora da Universidade de São Paulo, Myrian Krasilchi, considera "natural" a polêmica em torno da medida provisória que cria o exame obrigatório dos recém-formados.



Assembléia reúne cerca 10 mil professores na Praça da Sé: docentes querem a adesão de funcionários e diretores das escolas